



Planejar é uma dinâmica que envolve diversos atores

O planejamento econômico é essencial para o desenvolvimento do país?

Luiz Carlos Bresser-Pereira – Na quadra histórica em que o Brasil se encontra, com uma economia de renda média, com um mercado bastante desenvolvido, o planejamento *stricto sensu* não faz mais sentido. O que passa a fazer sentido é a construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Isso não quer dizer que o país não tenha de fazer planejamento. Pelo contrário, as empresas e o governo fazem planejamento estratégico. Cada um define seus próprios investimentos, que estão fortemente relacionados com os investimentos do Estado, financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros órgãos. Isso faz parte de nossa Constituição, por intermédio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que é, por si só, um processo de planejamento. O planejamento do orçamento e seus investimentos correlatos não podem ser definidos como planejamento propriamente dito, porque este envolve uma lógica de metas para todos os setores da economia, através de uma matriz única. Isso perdeu o sentido.

O que é uma estratégia nacional de desenvolvimento?

É fundamentalmente um grande acordo informal entre as classes, tendo como objetivo básico o desenvolvimento econômico e maior justiça social. O lado mais importante é o da demanda. Por isso, devem-se criar condições para o aquecimento do mercado interno, o que tem sido feito nos últimos anos, através do aumento do salário-mínimo e de várias bolsas sociais. Deveria também ser feito e não está sendo – em relação aos investimentos voltados para exportação. É precária ser neutralizada a tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio, existente em todo país em desenvolvimento, inclusive o Brasil. A taxa de câmbio está também vinculada à demanda. Sem uma taxa de câmbio competitiva não há demanda por investimentos voltados à exportação. É claro que existe também o lado da oferta, nesta estratégia nacional de desenvolvimento. Vão se planejar obras de infraestrutura, através do PAC, mas há que se desenvolver a educação, a ciência e tecnologia, elementos fundamentais do lado da oferta. Esta é uma dinâmica que envolve ministérios, governadores, empresários, intelectuais, jornalistas etc. O estágio anterior foi o dos trinta anos gloriosos (1945-1975). Na nova fase, a globalização se caracteriza essencialmente, do ponto de vista econômico, por uma forte competição generalizada entre os Estados-nação. Ou o Brasil é competente nisso ou morre. Para os neoliberais e os economistas neoclássicos, existe apenas uma competição entre as empresas e não entre os Estados-nação.

E quanto ao Estado?

É necessário um Estado forte. A definição funcional é que o Estado deve ser o instrumento por excelência da ação coletiva da nação. Para que seja forte, é necessário que o sistema constitucional legal seja adequado ao país, o que traz legitimidade na sociedade. E é importante que as leis sejam adequadas. Em segundo lugar, é necessário que a organização do Estado seja eficiente. Hoje ela é enorme, o Estado moderno pesa, em média, 40% do PIB, e quanto mais civilizado, maior essa porcentagem. Para se ter quase metade do PIB controlado pelo Estado, é preciso que este seja eficiente. O Estado também precisa ser fiscalmente forte. Ele não pode estar quebrado e cheio de dívidas. Não pode estar com a corda no pescoço o tempo todo. Porém a maior parte dos investimentos deverá ser feita pelos empresários.

Há ambiente para este acordo informal hoje?

Não, ainda não... mas a situação melhorou. O Brasil e outros países da América Latina, entre 1930 e 1980, tiveram um enorme desenvolvimento econômico, essencialmente usando uma estratégia nacional de desenvolvimento. E como ela se chamava? Era o nacional-desenvolvimentismo. Quem formulou essa estraté-

gia? Foram os economistas Celso Furtado e Raúl Prebisch, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e os economistas e cientistas políticos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), como Ignácio Rangel, Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos. Ao longo do tempo, essa estratégia entrou em crise, por um fator exógeno, a dívida externa. Não era algo totalmente inerente a ela. Eu digo isso porque a ideia de se crescer com poupança externa, com déficit externo, não era meramente neoclássica. Nos anos 1990, ela se tornaria totalmente neoclássica, nas mãos do presidente Bill Clinton, e dos secretários do Tesouro Larry Summers e Robert Rubin. Quando os países equacionaram suas crises de endividamento, com o Plano Baker, no início dos anos 1990, abre-se um novo ciclo de endividamento. A crise do nacional-desenvolvimentismo acontece nos anos 1980 também por ser ele extremamente voltado para a substituição de exportações, e não para as exportações em si. É fato que no caso brasileiro isso não foi totalmente verdadeiro. Nos anos 1970, nós combinávamos a substituição de importações com a orientação para exportações. Nos anos 1980, tivemos a crise do endividamento, uma crise do balanço de pagamentos e, o mais grave, a nova hegemonia norte-americana, viabilizada pela própria crise de endividamento e pelo colapso da União Soviética. Assim, o terceiro e o segundo mundo entraram em crise ao longo dos anos 1980. Sobraram os Estados Unidos. A partir de 1990, os países se submetem ao que eu chamo de ortodoxia convencional.

A pressão dos países ricos pesa?

Sim, essa vem a ser a “estratégia” recomendada por Washington e Nova York. Ou seja, a estratégia recomendada pelos nossos competidores. No velho desenvolvimentismo, nós nunca pensamos nos outros países ricos como competidores. Mas quando chegam os anos 1970, seis desses países se transformam em MICs (*Middle Income Countries*). Eram México, Coreia, Hong Kong, Brasil, Taiwan e Cingapura. Ou seja, os quatro tigres asiáticos, mais Brasil e México. A importância política dessa classificação foi muito grande. Nós viramos competidores e a ortodoxia convencional e o Consenso de Washington aparecem como reações à nova situação.

Há mais diferenças entre o novo e o velho desenvolvimentismo?

Sim. A primeira é o investimento do Estado. Ele tem relativa importância. Além disso, o Estado não precisa mais ser protecionista, porque não existe mais uma indústria infante a se proteger. A globalização comercial é uma grande oportunidade para o Brasil. Temos mão de obra barata e possibilidade de comprar ou imitar tecnologia estrangeira a um custo relativamente baixo. Podemos competir

internacionalmente em muitos setores. Não precisamos de proteção. Então, do que precisamos? De uma taxa de câmbio competitiva, pois ela é absolutamente fundamental para o desenvolvimento. E é um dos temas proibidos na economia neoclássica conservadora. Na Organização Mundial do Comércio (OMC) não se discute taxa de câmbio. A diferença, então, está na macroeconomia. Também está do lado da oferta, também está num Estado que intervenha um pouco mais do que hoje, mas não tanto como naquela época. O fundamental é que se cresça com poupança interna. Além disso, precisamos de política fiscal severa, que discipline as contas públicas e baixe o patamar da dívida pública, uma taxa de juros moderada, em torno de 2% em termos reais, e taxa de câmbio competitiva, neutralizando-se as tendências à sua sobrevalorização.

E a movimentação de capitais?

A administração da taxa de câmbio se faz por intermédio de dois mecanismos fundamentais: combate à doença holandesa, colocando um imposto marginal sobre as exportações, e mediante a compra de divisas. Agora, em determinados momentos, é necessário ter controle de capitais, sim, senhor. Pois se o Brasil sair de uma taxa de câmbio de R\$ 1,70 e for para R\$ 2,55, certamente teremos de fazer, por algum tempo, um fortíssimo processo de controle de entrada de capitais. Na saída não há problemas. Se eu fosse resumir em apenas um conceito minha concepção de novo-desenvolvimentismo, eu diria: crescer com poupança interna. Para ter uma taxa de câmbio competitiva, eu tenho de crescer com poupança interna. Quem precisa de controle de capitais na saída é quem faz a ortodoxia convencional, que cresce com poupança externa. Chega um momento em que os credores perdem confiança, acontece o efeito manada, os capitais saem, e você tem crise de balanço de pagamentos. Todas as crises dos anos 1990 aconteceram por conta do crescimento com poupança externa, com déficit em conta corrente. Todos os países do mundo cresceram – inclusive o Brasil – com poupança interna. Os países ricos, por sua vez, nos oferecem uma estratégia que eles não seguem.

Sempre tivemos no Brasil um desenvolvimentismo que concentra renda e não muda as estruturas fundamentais do país. Em que o novo desenvolvimentismo se diferencia disso?

Incluo uma política distributiva no novo desenvolvimentismo, porque incluo nele o mercado interno. Nisso, Celso Furtado foi muito claro. A inovação que trago para o debate é a questão do câmbio e a das exportações. Mas, agora, o prioritário é crescer, pois distribuir renda nós sabemos como fazer. O que não sabemos é como romper com a estagnação.

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Como as participações nos governos Montoro, Sarney e Fernando Henrique se articulam com sua trajetória intelectual?

Eu não fiquei imune às ideologias neoliberais e globalistas. Sou originalmente um economista estruturalista, latino-americano e nacionalista. Quando tinha vinte anos, o que me influenciava era o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Desisti de ser um juiz de direito em favor de ser um economista ou um sociólogo do desenvolvimento. Os intelectuais brasileiros se tornaram antinacionalistas no final dos anos 1960, quando adotaram a teoria da dependência e a ideia de que não haveria burguesia nacional e não existia nação brasileira. No momento da transição democrática, isso melhorou. Os liberais se aliaram à esquerda e aos trabalhadores, para fazer a grande campanha das diretas. Os empresários traziam uma visão nacionalista. Quando o novo pacto democrático e popular chega ao poder, em 1985, havia uma mensagem moderadamente nacionalista e fortemente distributivista. Mas aí o Plano Cruzado fracassa e este pacto todo faz água.

Nos anos 1990, a hegemonia ideológica neoliberal era absoluta, e ela certamente me atingiu. Mas no governo Montoro (1982-1986), em São Paulo, quando estive na presidência do Banespa, tentei dinamizar uma empresa latino-americana voltada para o desenvolvimentismo. No Ministério da Fazenda (1987-1988), promovi uma discussão da dívida externa e lutei duramente para conseguir um desconto no saldo devedor, através da securitização. Quando vou para o governo Fernando Henrique, vejo que a política econômica em relação à taxa de câmbio era desastrosa. Fiz carta e documentos, mas não adiantou. Percebi que o problema da defesa da empresa nacional saíra da agenda governamental, eliminou-se da Constituição a prioridade das empresas nacionais etc. Não concordei com isso.

Que escola ou autores tiveram maior influência em sua trajetória?

Começava o terceiro ano da Faculdade de Direito, quando me deparei com o número 4 do *Cadernos do Nosso Tempo*, do ISEB. No final da leitura da revista, pensei: “Não vou mais ser juiz de Direito. Vou ser sociólogo ou economista do desenvolvimento econômico.” Esse fato ocorreu em janeiro de 1955. Em seguida, começo a ler as coisas do Celso Furtado e da Cepal. Fiquei, além disso, fascinado pelo livro *The Modern Corporation and Private Property*, de Adolf Berle, sobre a separação do controle acionário e administrativo das empresas norte-americanas. Isso permitiu o surgimento de uma nova categoria profissional, a tecnoburocracia. Quando eu entrei na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1959, e fui para os Estados Unidos, fazer um MBA em *business*, estudei Max Weber e Schumpeter. Voltei para o Brasil com essa bagagem, além de ter aprendido algu-

ma coisa da sociologia funcionalista norte-americana, tendo lido um pouco de Marx e Keynes também. Mas o desenvolvimentismo isebiano e a economia cepalina ainda são minhas guias.

Qual foi o governo brasileiro que melhor estruturou uma estratégia de desenvolvimento?

Getulio Vargas, especialmente em seu segundo governo (1951-1954). Foi o grande estadista brasileiro do século XX. Além dele, um presidente por quem eu tenho o maior respeito é o Dr. Itamar Franco. Naqueles dois anos, 1992-1994, mostrou uma característica admirável e particular. É um grande patriota, com espírito republicano e nacionalista. Em todas as suas decisões, o critério do interesse nacional estava em primeiro plano. Os outros, seus objetivos pessoais e de carreira, ficaram para trás.